

A economia e o voto

IGNACIO M. RANGEL

Não deixa de ter razão o presidente Sarney quando diz que foi o Plano Cruzado o vencedor das últimas eleições. O povo, na sua ingenuidade, que não exclui sabedoria, atribuiu a óbvia melhoria de suas condições de vida — que o Dieese estima em mais de 30% de aumento real do fundo de salários, nos dois últimos anos — ao chamado Plano Cruzado e a ele mesmo, Sarney.

O historiador futuro poderá lembrar, rabugentemente, como costumam fazer os historiadores, que a reativação da economia, causa eficiente daquela recuperação, exprime um processo mais complexo, que não começou com os decretos-leis de fevereiro, nem sequer com a Nova República. Aquilo, que estudaremos como a fase "a" do ciclo breve endógeno, começou em 1984, quando começamos a sair da mais profunda depressão de nossa história econômica escrita. Começou, portanto, com Figueiredo e com Delfim.

Pouco importa. Foi com a Nova República, com Sarney e com Funa-ro, que o processo de recuperação se tornou patente, apossando-se da imaginação das grandes massas, convertendo-se, portanto, numa ingente força material. Essa força material contra a qual se quebraram tantos políticos hábeis, que não viram que o

fato de que estão sendo desfeitas as ilusões dos nossos heterodoxos caboclos, relativas ao sonho de uma inflação inercial, capaz de acabar-se por decreto, não exclui aquele fato, não menos incontestável, de que a economia está em expansão, de que o emprego está aumentando, e de que, com o emprego, aumenta também o salário real.

Pouco importa, também, que os homens que o povo, com razão ou sem ela, identifica como os pais do Plano Cruzado — e, portanto, da recuperação econômica, que significa emprego e pão — agora se aprestem para lançar-se, como contra os moinhos de vento quixóticos, contra a demanda global, que supõem excessiva. Isto é, pouco importa que esses senhores se preparem para recorrer aos remédios mais ortodoxos de nossa farmacologia econômica. Resta ver se eles serão realmente capazes de agir de acordo com seus preconceitos retrógrados e, de qualquer forma, isto será assunto para ser dirimido quando das próximas eleições, não interessando ao estudo dessa que passou.

E tinha razão ainda o presidente Sarney quando disse que o governador Brizola errou, ao deslocar a ênfase do seu discurso para o plano

nacional, em vez de deixá-lo circunscrito à coordenada regional. Com esse deslocamento de ênfase era inevitável que a atenção da gente simples do povo fosse solicitada para o combate contra coisas com as quais a posição dessa gente estava solidamente tomada: notadamente o Plano Cruzado e Sarney.

O Plano Cruzado e Sarney têm, por certo, pontos fracos, que o futuro imediato irá pondo em evidência, mas que não estão evidentes ainda, o que é da máxima relevância, para quem quer ganhar uma batalha política. O governador Brizola sonha com a presidência, sendo portanto claro o motivo para o deslocamento da arena de sua pugna. Sentir-me-ia inclinado a lançar a culpa para sua assessoria, se não tivesse razões para saber, por experiência própria, que ele é de difícil assessoramento. Ele pertence a esse gênero de políticos que não espera conselhos dos seus assessores, mas apenas que eles se comportem como escribas, capazes de dar forma elegante a suas próprias intuições e aos seus preconceitos.

Assim, o Plano Cruzado o apanhou de surpresa, não pelos seus méritos ou deméritos econômicos, que ele não conhecia, mas por motivos estritamente políticos, isto é, porque trans-

feria para as calendas as "diretas", para as quais ele supunha, não sem razão, estar bem preparado. As eleições de 15 de novembro devem ter-se-lhe afigurado como uma boa oportunidade para reabrir a questão das "diretas-já", e o resto se segue.

Tempo se vai fazendo para que nossos políticos aprendam a tirar melhor proveito de suas assessorias, escolhendo-as com cuidado e usando-as como convém, isto é, como fonte de conselho. E esta advertência não se destina apenas ao governador Brizola.

Vivemos, é certo, uma dessas quadras de nossa vida econômica nacional em que é muito difícil, para o dirigente, errar. Assim como há períodos em que é muito difícil acertar, há outros em que é muito difícil errar, como o atual. Difícil, porém, não quer dizer impossível, e o preço a pagar por certos erros pode tornar-se proibitivamente elevado.

Suponho que uma política econômica baseada na hipótese de que vivemos um período de excesso de demanda pode entrar nessa categoria.

IGNÁCIO DE MOURA RANGEL, 72, é economista, membro do Conselho Federal de Economia, ex-presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e autor do livro "A Inflação Brasileira".